

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2003

*Acrescenta um parágrafo 5º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito em contabilidade e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.*

**Autor:** Deputado MAURÍCIO RANDS

**Relator:** Deputado PAULO ROCHA

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

### I - RELATÓRIO

O primeiro parecer à proposição foi apresentado em 30/05/2003 e não chegou a ser apreciado.

Em 31/01/2007 o Projeto foi arquivado por fim de legislatura, pela disposição do art. 105 do Regimento Interno.

Em 08/02/2007, o autor da iniciativa, Deputado MAURÍCIO RANDS, apresentou o Requerimento nº 161/07, solicitando o seu desarquivamento, tendo sido atendido pela Mesa Diretora em 28/03/2007.

Em 20/06/2007 reapresentamos o parecer original.

A matéria teve a sua discussão iniciada na reunião deliberativa desta Comissão em 27/06/2007.

Na reunião seguinte, em 04/07/2007, a matéria foi aprovada por unanimidade, sendo acolhido o parecer deste Relator, com complementação de voto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Já na sessão do dia 27/06/2007, o Plenário da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público entendeu por bem, e de forma acertada, retirar da redação do novo parágrafo sugerido ao art. 879 da CLT, a expressão “perito em contabilidade”, por entender que a mesma encerrava uma indevida reserva de mercado, com afronta à liberdade de trabalho prevista no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal, já que outros profissionais poderiam, com a mesma capacidade técnica, desempenhar os cálculos de liquidação complexos no processo de execução trabalhista, não devendo tal mister ficar privativo dos contadores.

De fato a realização de cálculos não deve ser privativa dos contadores, pois vários outros profissionais podem fazê-la, como os especialistas em economia, cálculos atuariais, matemática, estatística etc.

Sendo assim, na reunião do dia 04/07/2007, apresentamos nossa complementação de voto, apresentando duas emendas modificativas, para acatar o entendimento unânime deste Órgão Técnico. A primeira, dando nova redação ao art. 1º do Projeto, a segunda, para adequar a sua ementa à nova redação sugerida ao dispositivo consolidado.

No parecer original, bem como no texto original do Projeto, discutiu-se a inclusão de § 5º ao art. 879 da CLT, todavia, tal dispositivo já havia recebido, em 16/03/2007, um novo § 5º, através do art. 42 da Lei nº 11.457. Assim sendo, alteramos a redação para § 6º, por questão de mera atualização.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2003, nos termos das duas emendas modificativas anexas.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2007.

**Deputado PAULO ROCHA**  
**Relator**

2007\_10094\_CTASP

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2003

*Acrescenta um parágrafo 5º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito em contabilidade e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.*

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

*Art. 1º Ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido um § 6º do seguinte teor:*

*“Art. 879 .....*

*.....*  
 § 6º *Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, dentre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.” (NR)*

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa aperfeiçoar o Projeto, de modo a permitir que tais cálculos possam ser efetuados não apenas por contadores, mas também por outros profissionais com formação suficiente para desempenhar tal tarefa. Caberá assim ao Juiz do Trabalho nomear o

profissional que for mais qualificado, e não se cometerá qualquer restrição à atuação e competência dos profissionais de outras categorias.

Cabe também alterar a proposição, de modo a incluir-se ao art. 879 parágrafo 6º, e não parágrafo 5º, eis que este já existe em decorrência da recente Lei nº 11.457, de 2007.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2007.

**DEPUTADO PAULO ROCHA**

**RELATOR**

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2003**

*Acrescenta um parágrafo 5º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito em contabilidade e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.*

### **EMENDA MODIFICATIVA Nº 02**

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação, adequando-a à Emenda Modificativa nº 01 apresentada para alterar o art. 1º:

*Acrescenta parágrafo 6º ao art. 879 da CLT, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.*

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa aperfeiçoar o Projeto, deixando a ementa em consonância com a Emenda Modificativa nº 01 apresentada para alterar o art. 1º.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2007.

**DEPUTADO PAULO ROCHA**

**RELATOR**

2007\_10094